

O avanço da soja e o Novo Código Florestal

Uma análise dos impactos do projeto em debate no Congresso

ONG Repórter Brasil
www.reporterbrasil.org.br
Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis
www.agrocombustiveis.org.br
Agosto de 2011



*Novo Código ainda é analisado no Congresso, mas já causa forte degradação no Mato Grosso
Fotos: Antonio Biondi/Repórter Brasil e Ibama*

Sumário

- Introdução	2
- O Novo Código Florestal	3
- Conflitos nos campos de soja.....	7
- Acordos na berlinda.....	10

Introdução

Com preços 30% superiores a seus patamares históricos, a soja voltou a atrair grandes investimentos no Brasil na safra 2010/2011. O pessimismo que reinou entre os produtores na fase mais aguda da crise financeira internacional ficou para trás. Nesta safra, a área plantada do grão no país cresceu 2,9%, para 24,1 milhões de hectares, e a produção, diante da alta da produtividade, subiu 9,2%, para 75,0 milhões de toneladas. As maiores expansões ocorreram no Centro-oeste, onde a área plantada aumentou 278 mil hectares, puxada pelo Mato Grosso, e no Sul, cuja lavoura cresceu 233 mil hectares, com destaque para o Paraná.

Se o avanço do grão é sinal do otimismo dos produtores, no caso dos ambientalistas é motivo para preocupação. A lavoura da soja, baseada na grande propriedade monocultora, tem incentivado o desmatamento em áreas do Cerrado e da Amazônia em diversos municípios brasileiros, onde, até então, a área da cultura já era dada como consolidada. Setores do governo federal que monitoram a derrubada da floresta, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), assim como organizações da sociedade civil, entre eles o Greenpeace, o Instituto Centro de Vida (ICV), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a própria Repórter Brasil, têm alertado para as conexões entre os novos desmatamentos e a soja.

Dados disponibilizados pelo sistema Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), indicaram que nos meses de março, abril e maio de 2011 o Mato Grosso, maior produtor de soja do país, liderou as estatísticas de derrubada da mata. Informações semelhantes foram obtidas pelo Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD, outro instrumento de monitoramento por satélite da floresta), da ONG Imazon, sediada no Pará. O SAD aponta que, entre agosto de 2010 a junho de 2011, a área desmatada na Amazônia alcançou 6.274 quilômetros quadrados – um aumento de 266% sobre o período equivalente anterior – e os produtores mato-grossenses também lideraram as estatísticas de degradação, com 60% das matas derrubadas naquele intervalo.

Diante do salto do desmatamento, o Ibama e outros órgãos de fiscalização foram obrigados a ampliar as operações no campo, sobretudo no Mato Grosso. Entre janeiro e julho de 2011, os agentes do órgão embargaram só na região de Sinop, onde o Ibama conta com uma gerência, 29.646 hectares por danos ilegais à vegetação nativa. As multas aplicadas somam R\$ 192 milhões, com 453 autos de infração lavrados. Ao todo, foram presas 26 pessoas, apreendidos 28 tratores, 63 caminhões, 23 motosserras, 7.810 metros cúbicos de madeira em toras e 977 metros cúbicos de madeira serrada, 1.640 toneladas de arroz e 752 toneladas de soja.

Em todo o Estado, 60 mil hectares de terra foram embargados, e o volume de autos de infração atingiu R\$ 460 milhões. Em audiência pública no Senado Federal realizada no final de junho, a ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente) declarou que dos 824 quilômetros quadrados de desmatamento identificados pelo sistema Deter no período de 1º de agosto de 2010 a 31 de maio de 2011, apenas 112 eram autorizados.

Em entrevista à Repórter Brasil, o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo, esclareceu que doze das treze frentes de desmatamento fiscalizadas pelo órgão no Mato Grosso, no primeiro semestre de 2011, seriam destinadas à produção de grãos, e apenas uma à pecuária. Municípios tradicionalmente sojeiros, como Nova Ubiratã, Cláudia e Feliz Natal, passaram a entrar nas listas de desmatamento, surpreendendo a fiscalização. Antes, o problema estava concentrado mais ao norte do Estado, onde a atividade madeireira abria espaço para a formação de novas pastagens para o gado.

De acordo com Evaristo, as novas frentes de desmatamento foram incentivadas pela expectativa de anistia aos desmatadores criada pelos debates sobre o Novo Código Florestal no Congresso Nacional. “Assistimos a um movimento em massa para burlar a legislação. Muitos produtores acreditaram na inoperância do órgão federal e na anistia que seria supostamente promovida pelas alterações no Código Florestal”, disse ele. Segundo a Repórter Brasil apurou, associações de produtores rurais mato-grossenses chegaram a incentivar associados a praticarem o desmatamento, sob alegação de que as mudanças no Código Florestal livrariam os desmatadores de punições. A recente aprovação de um zoneamento específico para o Mato Grosso, pela Assembléia estadual e o governador, também ajuda a promover a destruição.

Realmente, a primeira versão do Novo Código aprovada em maio pela Câmara dos Deputados beneficia produtores flagrados com irregularidades. O projeto, no entanto, ainda será analisado pelo Senado Federal, que, pressionado pelo governo federal, ONGs, movimentos sociais, pesquisadores e cientistas, pode desfazer mudanças promovidas pelos deputados que acelerariam a degradação ambiental. Neste novo relatório sobre a soja e seus impactos socioambientais, a Repórter Brasil analisa o Novo Código Florestal, as conexões entre os novos desmatamentos e os produtores de soja, e o risco que as alterações nas “regras do jogo” trarão para uma série de pactos de sustentabilidade já firmados entre organizações da sociedade civil e a indústria do setor.

O Novo Código Florestal

O texto do Novo Código Florestal, baseado no projeto de lei 1.876 de 1999, do já falecido deputado Sérgio Carvalho (PSDB-RO), visa substituir a atual legislação, em vigor desde 1965. A versão aprovada em maio deste ano pela Câmara e fortemente influenciada pelo lobby dos produtores rurais, determina, entre outros, que a União deve ceder novas competências sobre regulação ambiental para Estados e municípios, o que poderia fortalecer mecanismos de defesa de interesses setoriais locais, principalmente o ruralista. Em resumo, o saldo de novidades do texto aprovado na Câmara dita que:

- Áreas de Preservação Permanente (APPs) desmatadas até 22 de julho de 2008 não precisarão ser recuperadas e os agricultores, se multados, serão anistiados;
- nas APPs remanescentes que margeiem cursos d’água de até dez metros de largura, a área de mata pode ser de quinze metros, a metade do exigido atualmente;
- as taxas de reserva legal foram mantidas na Amazônia Legal em 80% para florestas e 35% para cerrados, assim como nas outras regiões em 20%. Agora será admitido que a área de APP da fazenda entre no cálculo, desde que não gere novo desmatamento;

- imóveis de até quatro módulos fiscais poderão considerar como reserva legal a área remanescente de vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008;
- quem desmatou antes do aumento dos percentuais de reserva legal (a partir de 2000) deverá manter a área exigida pela legislação da época.

Pressionado pelo setor ruralista, o Ministério do Meio Ambiente tem admitido a legalização de algumas áreas consolidadas a mais de cem anos em APPs, como os cafés em topo de morro de Minas Gerais. Mas o órgão vem se manifestando contra a anistia daqueles que desmataram áreas irregularmente antes de 2008 e ainda vê risco em a União compartilhar poderes regulatórios com Estados e municípios, uma vez que isso poderia criar uma “guerra ambiental” – os entes federativos poderiam disputar investimentos enfraquecendo suas regras ambientais.

Diante do imbróglio, o governo tenta fazer com que os senadores que conduzirão os debates sobre o projeto na casa – Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), nas comissões de Justiça e Agricultura, e Jorge Viana (PT-AC), na comissão de Meio Ambiente – entrem em acordo para a divulgação de uma única proposta. Não será fácil. Apesar de ambos pertencerem a partidos que apóiam o governo, Silveira é visto como mais próximo dos ruralistas, e Viana dos ambientalistas.



Desmatador volta a usar “correntão” na derrubada da floresta no MT

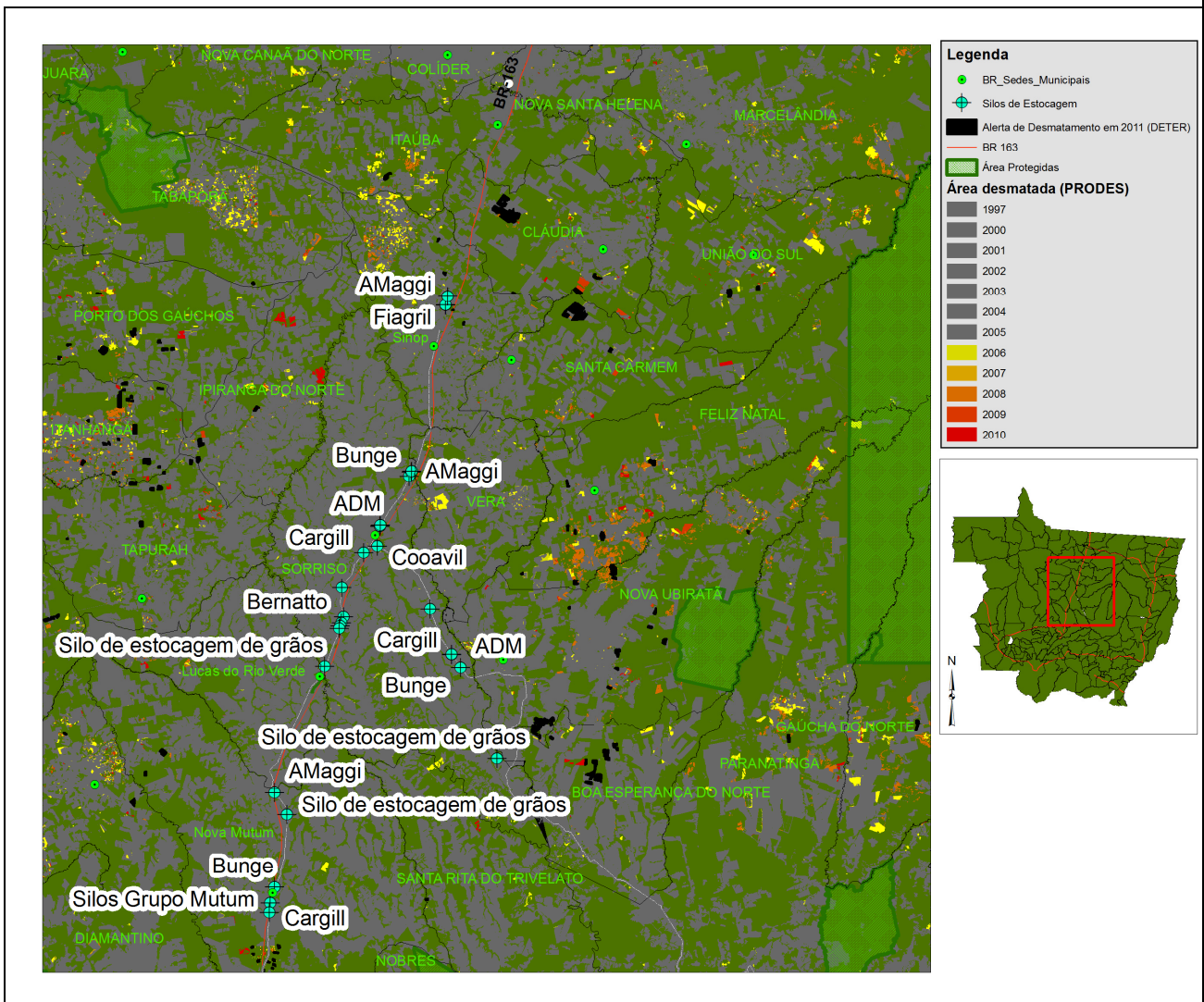
Foto: Ibama

De acordo com a ONG Instituto Centro de Vida (ICV), do Mato Grosso, a perspectiva de aprovação de uma nova legislação ambiental tem feito disparar o desmatamento no Estado. No mês de abril, quando a Câmara ainda discutia o projeto, o SAD do Imazon já apontava tendência de alta de 22% do desmatamento, e de 225% na degradação florestal entre agosto/2010 e março/2011, comparados ao mesmo período anterior. Ainda em abril, fiscais do Ibama flagraram casos de desmatamentos acima de 1.000 hectares, os chamados megadesmatamentos, que haviam desaparecido do Estado.

Em mapeamento próprio em três municípios do centro-norte mato-grossense, tradicional área sojeira, o ICV identificou 66 novos desmatamentos no município de

Nova Ubitatã (somando 37 mil hectares), 24 em Santa Carmem (9 mil hectares) e 22 em Cláudia (9 mil hectares). “Segundo informações de campo, o que está acontecendo é uma corrida para desmatar grandes áreas o quanto antes, visando aproveitar-se da anistia do desmatamento ilegal prometida pela proposta de alteração do Código Florestal. Essas ações estão sendo realizadas à revelia da lei em vigor, com a expectativa de impunidade, mesmo sabendo que certamente haverá fiscalização do órgão ambiental”, alerta análise dos técnicos do ICV.

A relação entre soja e desmatamento tomou novas proporções no primeiro semestre deste ano. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe), em 2011 o número de áreas de soja em novos desmatamentos nos Estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia quase que dobrou em relação a 2010: de 76 áreas no ano passado, os desmatamentos recentes com soja pularam para 147 áreas este ano. No Mato Grosso, a rodovia BR-163, antigo eixo de expansão da soja no Estado, comporta boa parte dos silos das tradings, mas os desmatamentos recentes já se distanciam bastante dela, expondo a busca dos produtores por novas terras para o plantio.



Silos de tradings ao longo da rodovia BR-163 no Mato Grosso: rota da degradação ambiental

Fonte: ICV

De acordo com Paulo Adário, coordenador da Campanha Amazônia do Greenpeace, os desmatamentos no primeiro quadrimestre de 2011 também assumiram uma nova característica em relação ao tamanho das áreas. “Se nos últimos anos grande parte dos desmatamentos em áreas de agricultura ocorreu em forma de ‘puxadinho’, ou seja, avanços menores sobre a floresta nas fronteiras das lavouras, este ano voltaram os desmatamentos de grandes proporções. Isto ocorreu principalmente nos meses de março e abril, coincidentemente o período onde os debates sobre mudanças no Código Florestal estavam incendiando o congresso”.

No Mato Grosso, Estado que se manteve na dianteira em relação aos desmatamentos no primeiro semestre de 2011 – com 673,5 km² desflorestados entre janeiro e junho, de acordo com dados do Deter –, municípios com grande produção de soja, como Sinop, Nova Ubiratã, Ipiranga do Norte e Tapurah se destacaram na lista de autuações. Assim como o projeto de alteração do Código Florestal, o novo Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Mato Grosso, cuja versão final foi aprovada em fevereiro pela Assembléia Legislativa do Estado e sancionada em junho pelo governo estadual, reduz a exigência da reserva legal de 80% para 50% em propriedades já consolidadas em regiões de floresta amazônica. Também autoriza o plantio de cana-de-açúcar em áreas já proibidas, legaliza desmatamentos recentes, e isenta de recomposição de reserva legal as propriedades com até 400 hectares, contradizendo o Código Florestal em vigor.

Para vigorar de fato, o zoneamento depende da aprovação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e da Presidência da República, mas as perspectivas de consolidação de regras mais brandas no que se refere à reserva legal na Amazônia mato-grossense também têm estimulado a corrida do desmatamento, em grande parte sob olhares coniventes das administrações municipais.

Em Nova Ubiratã, que possui 56 propriedades na lista de áreas embargadas pelo Ibama, o secretário de Meio Ambiente, Ademar Denardi, afirma que os desmatamentos no município ocorreram, na totalidade, para a expansão da soja. Denardi argumenta, no entanto que a ilegalidade dos desmates estaria no fato de que grande parte das propriedades tem problemas de titulação, o que impediria a solicitação de autorizações para retirada de vegetação nativa independentemente dos limites legais de desmatamento.

“Nova Ubiratã é um município de abertura [de floresta]. Os desmates que ocorreram muitas vezes estavam em áreas passíveis de abertura perante a lei, porque a maioria dos produtores ainda tem 60% da área fechada. Mas, sem o título da terra, os fazendeiros não conseguem a Licença Ambiental de Operação (LAO)”. Para o secretário, a culpa desta situação seria dos pequenos agricultores que ocuparam as terras originalmente e não fizeram o pedido de usucapião. “Quando venderam para os fazendeiros, não tinha título de nada e a situação ficou pendente”.

Fazendeiro e dono de uma madeireira, Rogério Rodrigues, secretário de Meio Ambiente de Sinop – que tem 57 áreas embargadas pelo Ibama por crimes ambientais – considera que as ações dos órgãos de fiscalização ambiental na região são exageradas e estariam “multando inocentes de forma injusta”. Segundo ele, o sistema Deter, do Inpe, teria apontado “apenas 188 pontos de desmatamento e 49 mil hectares desmatados e isso não é nada”. Entre os “injustificados”, o secretário citou o especulador de terras paranaense

Vadenilson Badalotti, que sofreu 12 autuações do Ibama em função de crimes como desmatamento e impedimento de regeneração de 9,6 mil hectares de mata nativa (mais de nove mil campos de futebol). De acordo com o Ibama, grande parte das áreas desmatadas de Badalotti é destinada à produção de soja.

Em maio deste ano, a Secretaria do Meio Ambiente do Mato Grosso (Sema) divulgou uma lista com os nomes dos 20 maiores desmatadores autuados por crimes ambientais no primeiro quadrimestre de 2011. Além de Vadenilson Badalotti, já mencionado, vários outros nomes da lista têm relação com produção de soja, como Rodrigo Badalotti, que destruiu 849,6 hectares de floresta em Nova Ubiratã; Vilmar Luiz Valiati, de Santa Carmem, que botou fogo ilegalmente em 134,65 hectares de mata amazônica; Antônio Lunardi, de Ipiranga do Norte, autuado com 110,44 hectares de desmate ilegal; Edimo Citadella, de Nova Ubiratã, autuado por desmate ilegal de 256 hectares; e André Lunardi, que destruiu “a corte raso uma área de 1200,27 hectares de floresta na Amazonia Legal”, em Ipiranga do Norte. Fiscalizado pelo Ibama em fevereiro de 2011, Lunardi comercializou soja para a trader Cargill em dezembro de 2010.

Conflitos nos campos de soja

No Nordeste, Piauí, Maranhão e Bahia vivem problemas distintos do Mato Grosso. Nestas fronteiras agrícolas, sindicalistas e lideranças de movimentos sociais relatam histórias típicas do avanço desordenado das lavouras, relacionadas à grilagem de terras, violência no campo e degradação ambiental.

Em Uruçuí, pólo sojeiro no sudoeste do Estado do Piauí, o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, João Vicente, diz que a grilagem é o maior problema. “Há fazendeiros que compram 1.000 hectares, e dali a pouco estão registrando 5.000 hectares”, afirma. Com isso, trabalhadores rurais que vivem há gerações em áreas da região correm o risco de ficar sem suas terras.

Outro grave problema enfrentado pelos piauienses é o desrespeito à lei estadual 5.699, de 2007, que ampliou a área de reserva legal no Cerrado do Estado de 20% para 30%. Segundo o analista ambiental da superintendência do Ibama no Piauí, Manoel Borges de Castro, o órgão tem se confrontado com casos de “desobediência civil de alguns proprietários que promovem a supressão florestal nas reservas legais de suas propriedades, para efeito de aumento de área produtiva”. No ano passado, os fiscais realizaram operações contra o desmatamento em 136 fazendas piauienses, e aplicaram multas de R\$ 1,6 milhões. No primeiro semestre de 2011, houve ações em 32 propriedades, com multas de R\$ 410 mil.

A respeito do Novo Código Florestal, o analista ambiental vê como um grande risco a concessão de anistia a infratores já penalizados e àqueles que, apesar de terem cometidos irregularidades, não foram autuados. “Diante do aumento do desmatamento no Cerrado do Piauí, geraria um descrédito muito grande dos órgãos ambientais de fiscalização estadual e federal”, explica Castro.

No sul do Maranhão, município de Balsas, Antonio Gomes de Moraes, o Antonio “Crioulo”, da coordenação local da Comissão Pastoral da Terra (CPT), relata que o avanço da soja no município extinguiu comunidades rurais inteiras, que deram lugar às lavouras do grão. Para ele, que é membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Maranhão, o Novo Código Florestal “deve piorar a situação”, uma vez que incentiva a expansão de grandes monoculturas, como a soja, a cana e o eucalipto na região, incompatíveis como o modo de vida e produção tradicional das comunidades.

Apesar de admitir que o atual Código Florestal necessitava de algumas atualizações, Felipe Seino, chefe do escritório do Ibama em Balsas, vê “retrocessos enormes” no projeto aprovado na Câmara. No início do ano, Seino participou da operação Safra Verde, através da qual o Ibama fiscalizou se lenha estocada nos pátios das empresas e fazendas de secagem de grãos eram de proveniência legal, ou seja, se tinham origem em desmatamentos autorizados. Foram emitidos autos de infração por uso de madeira ilegal e falta de licença ambiental. O valor total das multas aplicadas chegou a R\$ 4 milhões e 15 secadores de grãos foram embargados.

Em outro pólo sojeiro da região Nordeste do Brasil, o oeste da Bahia, a operação do Ibama denominada de Veredas 3 buscou averiguar o cumprimento de embargos determinados pelos fiscais. De acordo com Zenildo Eduardo Correia Soares, gerente-executivo do Ibama no município sojeiro de Barreiras, em 99% das fazendas havia desrespeito aos embargos. “A sanção foi apreensão de máquinas, como tratores, que estavam sendo usadas nas áreas embargadas, novas multas foram lavradas e o embargo permanece”, disse Soares. As operações Veredas 1 e 2, realizadas anteriormente, haviam resultado no embargo de 69 mil hectares e multas de R\$ 55 milhões

Ainda no pólo sojeiro da região oeste da Bahia, a grilagem o desmatamento e a violência contra trabalhadores rurais chamam a atenção, dizem representantes de movimentos sociais. Achilles Jesus dos Santos Siquara, da direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vê o Novo Código Florestal como um incentivo a mais para que os causadores de impactos sociais e ambientais na região saiam impunes. “A maior dificuldade para se fazer assentamentos no oeste da Bahia é a grilagem de terras. Fizemos uma ocupação numa área entre Luiz Eduardo Magalhães e Barreiras, com 1.350 famílias. Estávamos na beira da rodovia BR-242, perto do anel da soja, onde estão construindo uma nova esmagadora de soja com capital chinês. A cada semana aparecia um dono para dizer que a terra era deles”, relatou à Repórter Brasil.

Além dos impactos ambientais, a soja também é protagonista de problemas relacionados a violações dos direitos humanos de trabalhadores, sobretudo nas regiões Nordeste e Centro-oeste. Atualmente, a “lista suja” do trabalho escravo traz o registro de nove propriedades em que houve flagrante do crime na produção de soja. O número, entretanto, pode subir nas próximas divulgações da lista. Em 2010 e 2011, ao menos quatro empreendimentos voltados ao cultivo da soja foram palco da libertação de trabalhadores que eram submetidos a condições análogas à escravidão. As operações de fiscalização, promovidas pelo Grupo Móvel e pelas respectivas Superintendências Regionais do Ministério do Trabalho e Emprego levaram à libertação de cerca de 80 trabalhadores. O número pode aumentar, devido a outras fiscalizações ligadas ao setor realizadas em 2011 e cujos dados ainda estão sob análise.

Em Baixa Grande do Ribeiro, 2º maior município produtor de soja no Piauí, foram libertados seis trabalhadores em uma fiscalização na soja. Já em Palmeira do Piauí, 9º principal produtor, foram 14 os libertados. A fiscalização também libertou sete pessoas em uma fazenda sojeira em Tapurah, município do Mato Grosso que conta com mais de 100 mil hectares de soja. Na Bahia, um dos Estados em que a cultura da soja mais avançou nos últimos anos, Correntina foi palco de duas importantes libertações em fazendas produtoras do grão. No município, o quinto maior produtor baiano de soja, a fiscalização garantiu a liberdade a 53 pessoas que trabalhavam em fazendas da cultura.

Apesar da gravidade dos problemas, grandes tradings de soja continuam comprando o produto de produtores que utilizam trabalho escravo no Brasil. Em 2010, Cargill e Louis Dreyfus adquiriram soja de produtor que figura na “lista suja” do trabalho escravo. O produtor é Olavo Demari Webber, que ingressou na “lista suja” em julho de 2009 por submeter a condições desumanas de trabalho pelo menos duas dezenas de funcionários em sua fazenda denominada Boa Sorte, no município de Porto dos Gaúchos (MT).

Segundo relato da fiscalização, os trabalhadores preparavam o pasto para o gado e sofriam agressões físicas no expediente. Não tinham registro em carteira e havia desconto no pagamento pelo uso de equipamentos de proteção individual – o que é proibido por lei. Além disso, os alojamentos não tinham sanitários e a moraria eram barracos de lona. Além de criar gado bovino, Olavo Demari Webber possui diversas fazendas em outros municípios de Mato Grosso, onde também produz grãos. Em 2010, a unidade de Ipiranga do Norte (MT) da Louis Dreyfus adquiriu soja do produtor. A unidade de Sorriso (MT) da Cargill também recebeu milho, em setembro de 2009, e soja (em abril de 2010) de Olavo Demari Webber.

O produtor foi retirado da “lista suja” em 22 de dezembro de 2010 graças a uma liminar judicial. Mas é importante ressaltar que essas relações comerciais foram realizadas enquanto o produtor figurava na “lista suja” do trabalho escravo. Por meio de sua assessoria de imprensa, a Louis Dreyfus informou que a “aquisição de soja do produtor mencionado foi um caso pontual, entre mais de 6.000 fornecedores de soja e milho contratados pela companhia em 2010, e decorreu de um equívoco de um de seus compradores”. A nota sustenta que a empresa tem por política restringir a aquisição de produtos de quaisquer fornecedores cujos nomes apareçam na “lista suja”.

Porém, o funcionário que fechou o negócio entendeu que poderia fazer a comercialização, tendo em vista que o imóvel que aparece na relação do Ministério do Trabalho e Emprego não é o mesmo em que foi produzida a mercadoria adquirida pela Dreyfus. No entanto, a companhia garante que “já renovou o treinamento de seus funcionários quanto à correta aplicação de sua política e ressalta que já não possui qualquer relacionamento comercial com o citado produtor”.

Já a Cargill também admite que “deveria haver um bloqueio desse produtor no sistema, o que não ocorreu nesse caso, e que impediria a compra”. Segundo a direção da empresa, pode ter ocorrido uma falha técnica ou uma “má interpretação” por parte do funcionário responsável pelo fechamento dos negócios em âmbito local. Porém, a Cargill diz ter avaliado possíveis falhas nas transações nos últimos três anos e diz não ter identificado nenhum caso similar. Por fim, a empresa sustenta que “tratou-se de um problema pontual” e que “foram tomadas providências para correção desses pontos”.

Acordos na berlinda

O avanço da soja e os debates sobre o Novo Código Florestal já põe em xeque mecanismos recentes de concertação socioambiental, como a Mesa Redonda e a Moratória da Soja. No caso da Mesa Redonda, o "Novo Código Florestal", tal qual aprovado na Câmara, pode ter influência direta no número de produtores capazes de obter a certificação. Isso porque o primeiro princípio do acordo determina que, para ser "um produtor de soja responsável", a legislação nacional deve ser completamente respeitada. Assim, aqueles que hoje não possuem a totalidade da reserva legal preservada estariam de fora do processo. A situação mudaria se o código fosse alterado e o novo texto regularizasse desmatamentos feitos no passado.

Já a Moratória da Soja, firmada pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), representante de grandes tradings como Cargill, Bunge, ADM e Amaggi, e organizações não-governamentais, se vê diante de uma ameaça real: com o preço do grão nas estratosferas, permanecerão as tradings num acordo que limita, em tese, a expansão da cultura? Como o setor responderá à nova explosão dos desmatamentos? O Greenpeace, um dos gestores da moratória, revela preocupação. "As tradings tem manifestado publicamente que não têm mais interesse na moratória, que ela seria enterrada. Dá a impressão de que não estão querendo se privar de nenhuma área de soja, independente se o grão for cultivado à custa da floresta. Certo é que tem floresta caindo e que o setor tem de responder a isso", diz Rafael Cruz, do Greenpeace.

Uma das razões é a insegurança quanto à nova legislação ambiental. As ONGs pressionam para que seja introduzida na moratória a exigência de que tradings adquiram grãos somente de propriedades com Cadastramento Ambiental Rural (CAR). Para o secretário-geral da Abiove, Fabio Trigueirinho, porém, a maioria dos produtores reluta em fazer o CAR antes da definição das legislações ambientais. "Considero que a discussão é importante, que temos que incentivar, mas primeiro as normas ambientais têm que sair, não temos como obrigar ninguém [a se cadastrar]".

As tradings ligadas à entidade terão que cortar de suas listas de fornecedores cerca de 140 sojicultores já identificados com produção em áreas de desmatamentos recentes. De acordo com o Greenpeace, as próximas safras estarão ainda mais na berlinda, uma vez que, nos recentes sobrevôos que fez sobre municípios como Nova Ubiratã, Sinop e Marcelândia, grande parte dos desmatamentos estava em áreas contíguas aos campos de soja. "Acreditamos que, com o preço atual da soja, os produtores nem vão esperar um a dois anos para amansar as áreas desmatadas com outra cultura, vão investir pesado em correção de solo e vão entrar direto com soja", avalia Cruz.

Sobre a defesa de que as tradings passem a exigir o CAR de seus fornecedores, o representante do Greenpeace explica que a matéria já foi legislada e não é preciso esperar que se definam outras questões no Código Florestal. "O CAR é lei, está regulamentado e tem que ser observado", afirma. O aparente retrocesso do setor frente a compromissos de responsabilidade ambiental deve se chocar com as expectativas de alguns mercados consumidores que têm elevado o grau de exigências quanto à

sustentabilidade dos produtos. Para o Greenpeace, este deverá ser um foco de pressão. Já para a Abiove, é um pedregulho no sapato.

Ao longo deste segundo semestre, prevê-se grande mobilização no Congresso brasileiro a respeito do novo Código. Setores do governo federal alinhados aos ruralistas, como o Ministério da Agricultura, defenderão a anistia aos desmatadores e o enfraquecimento da legislação ambiental. No lado oposto, estará o Ministério do Meio Ambiente e as ONGs, que lutarão pela manutenção do arcabouço de proteção da floresta. O resultado provável, diante do poder econômico do setor do agronegócio, é um acordo que regularize parte dos desmatamentos já realizados, mas também exija a recomposição de outra parte e impeça a degradação no futuro.

Expediente

Repórter Brasil

Organização de Comunicação e Projetos Sociais

Coordenação geral

Leonardo Sakamoto

Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis

Marcel Gomes (coordenação)

Antonio Biondi

Verena Glass

Colaboração

André Campos

Suporte financeiro

Fabiana Garcia

Suporte administrativo

Maia Fortes

São Paulo

Rua Bruxelas, 169, São Paulo-SP, CEP 01259-020

Telefones: (55) (11) 2506-6570

biobr@reporterbrasil.org.br

Apoio

